

 EDITORIAL

Quando o novo governo federal assumir, em janeiro, terá que estar pronto para desarmar algumas bombas de alto poder. Uma delas os preços dos derivados de petróleo, começando pelo gás de cozinha, o GLP, cujos preços já estão fora do alcance da maioria da população. Outro grande problema, este com poder de combustão ainda maior, é o preço do óleo diesel, que tem impacto direto em toda a economia. A atual administração, que em tese garante o subsídio que ajudou a acabar com a greve dos caminhoneiros, recolheu a ideia de encerrar o programa de subvenção, livrando-se dos riscos mais imediatos, já que estava no ar a ameaça de uma nova paralisação. **"Bombas a desarmar", pág. 2**

Bombas a desarmar

Quando a nova administração federal assumir, em janeiro, terá que estar pronta para desarmar algumas bombas de alto poder. Uma delas os preços dos derivados de petróleo, começando pelo **gás de cozinha**, o GLP, cujos preços já estão fora do alcance da maioria da população. Outro grande problema, este com poder de combustão ainda maior, é o preço do óleo diesel, que tem impacto direto em toda a economia. A atual administração, que em tese garante o subsídio que ajudou a acabar com a greve dos caminhoneiros, recolheu a ideia de encerrar o programa de subvenção, livrando-se dos riscos mais imediatos, já que estava no ar a ameaça de uma nova paralisação.

O futuro presidente, Jair Bolsonaro, já disse que não concorda com a política atual, em que os preços são atrelados ao mercado internacional, ditado pela especulação e sem nenhuma sustentação racional. Mas não disse, e nem teve tempo evidentemente, o que pretende fazer, entendendo que o interesse coletivo deve vir antes do interesse do mercado, de quem faz das ações da Petrobras objeto de especulação. Como já

A atual administração, que em tese garante o subsídio que ajudou a acabar com a greve dos caminhoneiros, recolheu a ideia de encerrar o programa de subvenção, livrando-se dos riscos mais imediatos, já que estava no ar a ameaça de uma nova paralisação

disse o futuro presidente, a questão é estratégica e assim deverá ser tratada, mesmo que essa linha contrarie os ultraliberais, como o seu citado futuro ministro da Fazenda, Paulo Guedes.

Já foi dito, mas cabe repetir. Apesar de tudo de

errado que aconteceu na Petrobras, não é possível deixar de lado que foi a empresa brasileira que, com recursos próprios, descobriu as reservas do pré-sal e desenvolveu a tecnologia de prospecção e extração em águas profundas, garantindo a autossuficiência do País na produção de óleo cru, cuja exportação reduz a conta da importação de refinados. Nesta balança, considerados todos os custos e a preservação da capacidade de investimento da empresa, estão os elementos para a formação de preços, onde evidentemente não deveria haver espaço para a especulação que faz do petróleo a commodity mais instável no mercado internacional.

O Brasil perseguiu - e chegou muito perto dela - a autossuficiência justamente para se ver livre desse problema, para preservar seus interesses estratégicos e ganhar relevância na economia global. Agir de outra forma, como está acontecendo, é despropósito que não pode ser aceito, muito menos num país em que entre 60% e 70% da movimentação de cargas se dá por caminhões cujos motores queimam óleo diesel. E ninguém está falando de subsídios ou de preços artificiais e sim defendendo contas que possam ser devidamente explicadas.

Trata-se de fazer o que é certo, o que significa fazer melhor uso das reservas do País, atender a quem deve ser atendido e acelerar os projetos de refino, fechando-se o ciclo perfeito.